

# **SISTEMA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

**ANÁLISE CONSTITUCIONAL, CIVIL, PENAL,  
ADMINISTRATIVA, AMBIENTAL E DOS PRINCÍPIOS**

**2023**

**Michael Schneider Flach**

**SISTEMA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL  
ANÁLISE CONSTITUCIONAL, CIVIL, PENAL, ADMINISTRATIVA,  
AMBIENTAL E DOS PRINCÍPIOS**

© Almedina, 2023

AUTOR: Michael Schneider Flach

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Letícia Gabriella Batista e Tacila da Silva Souza

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO: Natasha Oliveira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556279824

Novembro, 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Flach, Michael Schneider

Sistema de proteção do patrimônio cultural  
análise constitucional, civil, penal, administrativa,  
ambiental e dos princípios / Michael Schneider Flach.

-- São Paulo : Almedina, 2023.

ISBN 978-65-5627-982-4

1. Direito constitucional - Brasil 2. Direito e  
deveres 3. Patrimônio cultural (Direito) I. Título.

23-171409

CDU-34:791.83(81)

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Patrimônio cultural : Direito  
34:791.83(81)

Eliane de Freitas Leite Bibliotecária - CRB 8/8415

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil  
www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

1. CONCEITUANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL	25
1.1 A conceituação de patrimônio e de bem cultural	25
1.2 Conceitos previstos em disposições normativas	40
2. DO DIREITO AO PATRIMÔNIO CULTURAL	47
2.1 Do meio ambiente cultural	47
2.2 Os direitos e deveres constitucionais em torno do patrimônio cultural	56
2.3 O direito social fundamental ao patrimônio cultural	59
2.4 O caráter fundamental do direito ao patrimônio cultural	65
3. DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL NO DIREITO BRASILEIRO	91
3.1 Dos princípios do patrimônio cultural	91
3.1.1 Princípio da Prevenção	91
3.1.2 Princípio da Precaução	94
3.1.3 Princípio da Função Social da Propriedade	97
3.1.4 Princípio da Preservação no Próprio Sítio e da Proteção do Entorno	107
3.1.5 Princípio do Uso Compatível com a Natureza do Bem	110
3.1.6 Princípio do Pro Monumento	112
3.1.7 Princípio da Participação Popular	113
3.1.8 Princípio da Proibição do Retrocesso	117
3.1.9 Princípio da Graduabilidade	124
3.1.10 Princípio do Imperativo Público de Tutela	124
3.2 Dos princípios ambientais aplicáveis ao patrimônio cultural	126
3.2.1 Princípio da Valorização e do Desenvolvimento Sustentável	126

## SISTEMA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

3.2.2	Princípio Multigeracional	132
3.2.3	Princípio do Poluidor Pagador e da Reparação pelo Causador do Dano	138
4.	DAS FORMAS DE PROTEÇÃO	143
4.1	Da lei	144
4.2	Do ato administrativo	147
4.2.1	Tombamento	148
4.2.2	Desapropriação	160
4.2.3	Inventário	163
4.2.4	Registro, Arrolamento, Vigilância e Termo de Ajustamento	169
4.2.5	Estatuto da Cidade, Zoneamento e Demais Instrumentos	173
4.3	Da decisão judicial	180
5.	DA TUTELA PENAL	189
5.1	Breves considerações sobre o bem jurídico	191
5.2	Dos delitos em espécie	198
5.2.1	Destruição, Inutilização ou Deterioração	199
5.2.2	Alteração do Aspecto ou da Estrutura	205
5.2.3	Construção em Solo Não Edificável	210
5.2.4	Vandalismo à Edificação e ao Monumento Urbano	213
5.2.5	Ilícitos Previstos no Código Penal	218
6.	CRÍTICAS E APONTAMENTOS SOBRE O SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO	221
6.1	O mandado constitucional de proteção penal do patrimônio cultural	221
6.2	O dever de proteção do patrimônio cultural	229
6.3	As desproporções do sistema	233
6.4	A insuficiência da proteção penal no sistema brasileiro	240
6.5	Indicações para o aperfeiçoamento do sistema brasileiro	255
	CONCLUSÕES	261
	REFERÊNCIAS	265